

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

<b>SENTENÇA</b>
-----------------

Processo nº:	<b>1012423-67.2016.8.26.0566</b>
Classe - Assunto	<b>Procedimento Comum - DIREITO DO CONSUMIDOR</b>
Requerente:	<b>Nelson Jose Chiericci e outro</b>
Requerido:	<b>COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ</b>

NELSON JOSE CHIERICCI E DURVALINA DA SILVA CHIERICCI ajuizaram ação contra COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ, pedindo que a ré seja instada a religar a energia elétrica no seu imóvel, bem como condenada ao pagamento de indenização pelos danos materiais e morais decorrentes da interrupção do fornecimento de energia.

Os autores foram intimados para se manifestarem sobre a hipótese de repetição de ação e prescrição da pretensão deduzida, contudo permaneceram inertes.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Os pedidos de religação da energia elétrica do imóvel dos autores e de indenização pelos danos materiais decorrentes da interrupção realizada em 14.05.2002 já foram apreciados definitivamente nos autos nº 1850/02, os quais tramitaram perante a 2ª Vara Cível local (fls. 10/15). Presente, portanto, pressuposto processual negativo que impede o prosseguimento do feito, qual seja, a coisa julgada formada em torno destas questões.

Quanto ao pedido de indenização pelos danos morais supostamente causados, deve ser reconhecida a prescrição da pretensão exercida pelos autores. Nota-se que a interrupção do fornecimento de energia elétrica ocorreu em 14.05.2002, ao passo que a presente demanda foi ajuizada em 31.10.2016, transcorrendo o prazo prescricional trienal previsto no art. 206, § 3º, inciso V, do Código de Processo Civil.

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Diante do exposto, quanto aos pedidos de religação de energia elétrica e indenização por danos materiais, julgo extinto o processo, nos termos do art. 485, inciso V, do Código de Processo Civil, bem como declaro a prescrição da pretensão dos autores no tocante ao pedido de indenização por danos morais, julgando liminarmente extinto o processo, nos termos do art. 332, § 1º c.c. art. 487, inciso II, ambos do CPC.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 08 de março de 2017.

  
**Carlos Castilho Aguiar França**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**